DEZIDERIO FELIPPE DE OLIVEIRA

1867 – 03/02/1935

- Dezidério Felippe de Oliveira nasceu em 1867, em Uberaba/MG. Lá ele foi escravo por 21 anos.
- Trabalhando como agricultor e peão nas fazendas, Dezidério foi contratado em 1898 por uma comitiva rumo à Vista Alegre (atual Maracaju-MS). (Lima, 2022, p.50).
- Chegando nesta região houve um desentendimento entre Dezidério e o chefe da comitiva, fator que contribuiu para a estadia definitiva em terras mato-grossenses. (Lima, 2022, p.50).
- Com a libertação dos escravos, diversos ex-cativos saíram dos seus locais de origem e migraram para diversas regiões do Brasil. Um desses casos é o de Dezidério, que sempre trabalhou como agricultor e peão nas fazendas (Santos, 2010, p. 137-138). (Lima, 2022, p.51).
- Após um certo tempo, Dezidério conheceu a família Braga, também proveniente da região de Uberaba. A partir de então, iniciou-se uma relação de amizade e compadrio, concretizada por meio das escolhas para padrinho de batizados dos filhos e dos matrimônios entre ambas as famílias. (Lima, 2022, p.51).
- Por meio dos Braga, Dezidério conheceu Maria Cândida Baptista da Silva (filha de ex-escrava com índio terena, pertencente à família Silva), com quem se casou. (Lima, 2022, p.51).
- Por meio das relações sociais com os Braga e os Silva, Dezidério conseguiu trabalho em uma fazenda de Maracaju, onde morou com Maria Baptista e tiveram os primeiros filhos: Benvinda Cândida de Oliveira (04/10/1900), Thomaz Felippe de Oliveira (17/01/1902), Madalena Cândida de Oliveira (01/09/1905) e Miguel Felippe de Oliveira (01/09/1907) [...] Após o nascimento de Miguel Felippe, com a finalidade de possuir um pedaço de terra para morar e cuidar da família, naquele mesmo ano, Dezidério mudou-se de "[...] Vista Alegre para a cabeceira do córrego São Domingos, próxima à picada, apelidada na época de Picada Romualdo" (Santos, 2010, p. 142). (Lima, 2022, p.51).
- Estando naquele espaço, entre os anos de 1908 a 1926, nasceram os demais filhos: Elísia Cândida de Oliveira (13/08/1908), Fellipe de Oliveira (16/02/1909), Maximiana Cândida de Oliveira (15/01/1910), Alfredo Fellipe de Oliveira (07/02/1912), Antônio Felippe de Oliveira (07/07/1912), Benedito Fellipe de Oliveira (12/06/1913), Cândida Batista de Oliveira (06/01/1919) e João Rosa de Oliveira (30/08/1926) (SANTOS, 2010, p. 184-185). A partir do nascimento de João Rosa, a família (nuclear) contava com o total de 18 pessoas. Dessa maneira, a fim de sustentar a família, o patriarca criou gado, teve roça e plantação de ervais, aos quais levava para Campo Grande e trocava por sal, querosene e tecido (Santos, 2010, p. 183). (Lima, 2022, p.51).
- Dezidério e sua família são membros que ajudaram a construir a cidade de DouradosMS, porém não são mencionados na chamada "história oficial" [...] além de trabalhar em suas terras, o patriarca do quilombo plantou café para Marcelino José Pires (considerado o membro importante no início da construção da cidade). (Lima, 2022, p.52).
- Destaque para a participação de Dezidério frente às rebeliões de 1924 e 1932. Sobre a primeira, por lutar ao lado do governo republicano, recebeu dos militares uma espada como forma de condecoração, que atualmente se encontra com os seus descendentes. A segunda, por sua vez, diz respeito à Revolta contra Vargas. No caso de MT, o interventor de Cuiabá (a capital do estado) esteve ao lado do

Presidente. No sul deste estado, criou-se durante os três meses do conflito uma espécie de governo paralelo, intitulado "estado de Maracajú". Sobre esta revolta, Dezidério teve ativa participação, lutando ao lado dos rebeldes. (Lima, 2022, p.52). Dezidério ficou conhecido também por sua participação direta em embates na defesa das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai, sua participação na Coluna Prestes e nas Revoluções de 1932 e 1934, quando foi nomeado inspetor de polícia na região – era delegado. (Dias, 2017, p.10).

- Desidério Felipe de Oliveira, durante sua vida no Distrito de Picadinha, foi um homem muito respeitado e bem relacionado. Trabalhou em Dourados, como Inspetor de Quarteirão e no plantio de café com Marcelino Pires. Homem sério e respeitado, como dito anteriormente, nas obras de alguns memorialistas praticamente não há informações sobre Desidério. (Leite; Nishijima; 2006/2007). A única obra que menciona Desidério Felipe de Oliveira como um dos pioneiros de Dourados, de autoria de Rosemar Mattos Souza, ao escrever sobre a área pertencente à Desidério apresenta: *Conseguiu com João Batista de Azevedo a posse provisória de uma área de terras de 3.748 hectares na cabeceira do São Domingo, picadinha, onde hoje se localiza o IAME*. (Souza, 2003, p. 134. In: Leite; Nishijima; 2006/2007)
- Apesar de ter sido um cidadão de reconhecida participação na formação da região, Dezidério e seus descendentes tiveram imensas dificuldades em regularizar a posse das terras por eles ocupadas. Uma história que envolveu advogados, perda das terras, assassinatos e ameaças, revelando um profundo conflito de terras na região, permeado de forte racismo. (Dias, 2017, p.11).
- Foram várias as tentativas de deslegitimar os documentos de posse das terras do quilombo. Ainda em 1920, Dezidério entrou com o primeiro pedido de registro da posse de suas terras e para isso contratou um advogado, João Batista de Azevedo que, em 1921, foi assassinado. Dessa forma, a procuração foi transferida para outro advogado. Em 1924 foi concedido o documento de posse e o título provisório a Dezidério que, para se efetivar, deveria contar com o pagamento de uma quantia por hectare. Para definir a quantia e os modos da posse, foi necessário realizar a medição das terras. Com a realização da medição os domínios foram reconhecidos em 3.748 hectares. No entanto, com a lentidão do processo, Dezidério acabou por falecer no ano de 1935, antes da efetivação do registro da área. (Dias, 2017, p.11).
- Em 1º de abril de 1938, foi efetivado o registro das terras como 'imóvel rural Fazenda Cabeceira São Domingos'. O advogado responsável pelo processo de medição das terras e procurador da causa de titulação aconselhou a viúva Maria Cândida a apressar a realização do inventário dos bens de Dezidério, que se deu às pressas, sem a assinatura e participação dos herdeiros no processo. Durante a realização do inventário, 3.148 hectares foram registrados em nome do advogado, com a justificativa de pagamento pelos serviços prestados. Com menos de um mês do registro, que não foi informado aos quilombolas, o próprio advogado realizou várias vendas das terras que ele registrou em seu nome. Deste modo, restaram para a comunidade, após o processo do inventário, 600 hectares para serem divididos entre os herdeiros de Dezidério e Maria Cândida. Além da ilegalidade do inventário, feito sem presença e anuência dos herdeiros, que resultou na venda das terras, é importante ressaltar que o documento foi emitido em um cartório que não estava mais em funcionamento e assinado por um estrangeiro, algo proibido pelas leis do Brasil. (Dias, 2017, p.12).

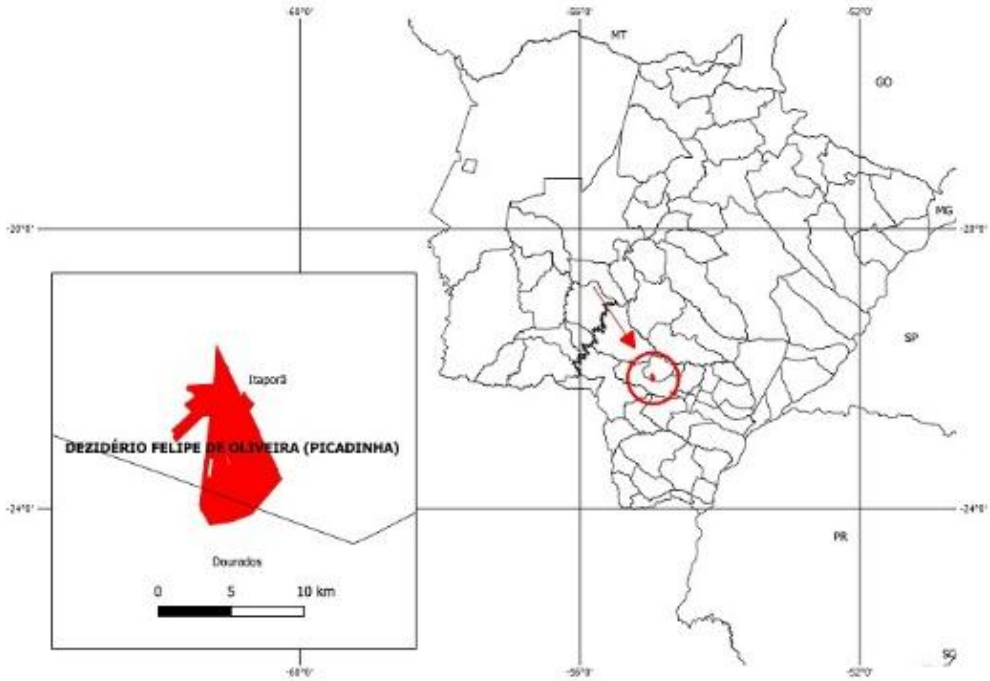
- Dezidério tomou conhecimento da existência de terras devolutas na referida região por meio da irmandade da qual era membro. A região de Maracaju foi o espaço geográfico e social da rede de irmandade entre ex-cativos oriundos de MG. (Lima, 2022, p.52).
- Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra era garantido aos grandes latifundiários por meio da compra e a ocupação por meio dos estrangeiros e libertos era negada. Assim, ao adentrarem para ocupar um espaço de interesse dos latifundiários, Dezidério e sua família enfrentaram diversos entraves. Segundo Saruwatari (2014), em 1920 iniciaram-se as ações para regularizar e adquirir a posse definitiva da terra. Em 1924, Dezidério conseguiu o título provisório do espaço ocupado, que era em torno de 500 hectares (ha), mas que segundo a medição feita passou para 3.748 ha. Em 1935, Dezidério faleceu não tendo em mãos a titulação definitiva dessas terras. Três anos após a morte do patriarca, Waldomiro de Souza, o engenheiro que fez a delimitação das terras "[...] alegou que a viúva e sua família haviam contraído uma dívida com ele, e a mesma deveria ser quitada em terras. Logo que saiu a titulação definitiva das terras, o engenheiro cuidou para que fosse realizado o inventário delas" (Saruwatari, 2014, p. 47-75). Ademais, Santos (2014) explica que mediante o pagamento feito a Waldomiro, este tomou posse de cerca de 3.148 ha, enquanto a viúva e os filhos ficaram com o equivalente a 600 ha. (Lima, 2022, p.53). Conforme os relatos dos remanescentes do Quilombo, até o ano de 2010 moravam cerca de 15 famílias no Quilombo, em um espaço de 40 ha, o equivalente a 1,07 % do tamanho original (Santos, 2010, p. 243). (Lima, 2022, p.54).
- O território tradicional da comunidade acompanha os limites de uma ampla área registrada por Dezidério, num primeiro momento em 1920, com extensão de 3.748 hectares, que se estende pelos municípios de Dourados e de Itaporã, cortado pelos Córregos Guabiroba e Taquara. O território delimitado pelo Relatório Técnico do INCRA, publicado nos dias 23 e 24 de dezembro de 2009, corresponde a uma área de 3.538,6215 hectares. (Dias, 2017, p.2).
- Quando o relatório antropológico foi escrito, no ano de 2007, os quilombolas da comunidade, descendentes de Dezidério Felippe de Oliveira e Maria Cândida Braga, estavam ocupando apenas quarenta hectares do território tradicional. (Dias, 2017, p.2).
- Mesmo com a perda quase que total do território, o conflito em torno da terra da Picadinha não se encerrou. A comunidade foi oficialmente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2005, porém continuou hostilizada e ameaçada. (Lima, 2022, p.54).
- [...] o poder público e demais setores sociais não reconhecem a legitimidade desse quilombo. Sobre isso, Santos (2010) expõe que em 1953, com a criação de Itaporã-MS, "[...] 70% das antigas terras de Dezidério foi inserida neste município". Já em 1958, promulgou-se o Distrito da Picadinha, pelo governador do MT, Ponce de Arruda. (Lima, 2022, p.54-55).
- Nos anos de 1964 e 1970, os quilombolas entraram com pedidos na justiça para a anulação do inventário e das vendas realizadas ilegalmente. Os conflitos na região se acirraram e ocasionaram a morte de dois moradores da comunidade. Mesmo com as dificuldades para registro das terras tradicionais e os conflitos vividos no território, os quilombolas, descendentes de Dezidério e Maria Cândida, perpetuaram suas lutas através das histórias e das sabedorias construídas em comunidade. Foram estes conhecimentos que conduziram a luta para a titulação das terras. (Dias, 2017, p.13).

- [...] criou-se uma memória coletiva de caráter depreciativo nas regiões como a Picadinha, e de quem pleiteia a posse dessas terras. O silenciamento de memórias promovido pelos discursos deslegitimadores, bem como a prática do Estado brasileiro em negligenciar as [...] demandas territoriais tradicionais quilombolas em razão da expansão do agronegócio, das hidrelétricas, hidrovias e mineração. Os quilombos de hoje estão ameaçados por fazendeiros e grandes empreiteiras. Isso porque eles tocam em uma questão que é crítica no Brasil: a divisão da terra. (Costa; Silva, 2020, p. 48). (Lima, 2022, p. 55).
- O processo de titulação do território foi iniciado, no Incra, dez anos após a fundação da Associação Rural Quilombola Dezidério Felippe de Oliveira (ARQDEZ). O pedido de regularização junto ao INCRA ocorreu no ano de 2005 [...] (Dias, 2017, p.13). Em 2015, o INCRA reconheceu e declarou o território da Picadinha como quilombola. (Lima, 2022, p. 56).
- No que diz respeito aos materiais didáticos sobre a História regional de Dourados disponíveis nas escolas, estes não citam essa região como Quilombo, embora a sua fundação seja mais antiga que a do próprio município, que foi elevada à categoria de município em 1935. O debate contemporâneo sobre as comunidades negras rurais é essencial [...] (Lima, 2022, p. 57-58).
- A história da Comunidade Dezidério Felippe de Oliveira é marcada por muitos momentos de luta pelo território e revelam também a importância de Dezidério como pioneiro na região de Dourados, importância reconhecida por diversos historiadores. A prefeitura de Dourados também, em diferentes momentos, reconhece a importância de Dezidério na história da formação da região. Em 1990, a Câmara Legislativa do Município de Dourados nomeou, com a Lei nº 1652, uma rua no Bairro Flórida II com o nome de Dezidério Felipe de Oliveira, e no dia 20 de novembro de 2003, a Câmara entregou à sua família um Diploma de Honra ao Mérito Legislativo. Em 2007 a prefeitura, em homenagem ao centenário da chegada do ancestral quilombola, instalou uma estátua de seu busto no parque Flórida I e II, onde moram vários quilombolas descendentes de Dezidério. (Dias, 2017, p.10) e (Lima, 2022, p.54)

Busto de Dezidério. À direita, seu neto Antônio Braga.
Fonte: RTID/INCRA, 2007, p.3 .

Cf. (Dias, 2017)

- Segundo dados do MPF/MS, atualmente, encontram-se em posse da comunidade 56 hectares, a comunidade reivindica outros 3928,11 ha. Segundo Baltha, Paz e Guimarães (2019) o espaço é compartilhado por 16 famílias, formando o total de 50 pessoas na comunidade. Contabilizando com os quilombolas que não vivem no território devido ao esbulho sofrido e que hoje residem na área urbana de Dourados, formam um total de 456 pessoas. (Silva, 2021, p. 82).



- Localização geográfica da Comunidade Quilombola de Picadinha. Cf. (Silva, 2021, p. 83). Fonte: MPF/MS (2020). Conferir também mapa em (Dias, 2017).

Referências bibliográficas:

BOTELHO, Tiago Resende; HELD, Thaísa Maira Rodrigues. A luta pelo território quilombola de Picadinha na perspectiva decolonial. In: BOTELHO, Tiago Resende; HELD, Thaísa Maira Rodrigues (Orgs.). *Direito Socioambiental e a luta contra-hegemônica pela terra e território na América Latina*. 1ed.São Paulo: Liberars, 2020, v. 1, p. 141-162. Disponível em < https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4408 > Conferir também < https://cpisp.org.br/picadinha-deziderio-felipe-de-oliveira/ >

COSTA, Manuela Areias; DIACOPULOS, Jorge R. O Quilombo da Tia Eva na Web: Ensino de História e Educação Antirracista. *Revista História Hoje*, v. 11, p. 54-80, 2022. Disponível em < https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/906/479 >

DIACÓPULOS, Jorge R. *Comunidade Quiombola Tia Eva (Campo Grande/MS):* Memória, ensino de história e educação antirracista. 2022. 150f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – PROF HISTÓRIA). UEMS, Campo Grande. Disponível em < https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/724338 >

DIAS, Lúnia Costa. *Comunidade Quilombola Dezidério Felippe de Oliveira.* Belo Horizonte: FAFICH, 2017. Disponível em < https://assets-global.website-files.com/5f80666abc83ca81a92a2c8e/62e96f0630621dbcc5d3d1cb_Dezid%C3%A9rio-MS.pdf > 16 p. (Terras de quilombos) Baseado no Relatório antropológico de identificação e delimitação do território da Comunidade Quilombola Dezidério Fellipe de Oliveira / de Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos Santos.

LIMA, Ana Paula Pícoli de. *A Festa de São Sebastião e Santos Reis do Quilombo da Picadinha, Dourados-MS*: por um ensino de história antirracista. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – PROF HISTÓRIA). UEMS. Amambai. Disponível em < https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/724339 >

LEITE, Eudes Fernando; NISHIJIMA, Vander Aparecido. *Negros da Picadinha*: memória, luta e resistência. Relatório de Iniciação Científica. PIVIC 2006-2007. CDR. 14p.

SARUWATARI, Gabrielly Kashiwaguti. *Comunidade Quilombola Dezidério Felippe de Oliveira*: tradição, política e religião entre os "Negros da Picadinha". 2014. 193f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFGD, Dourados. Disponível em < https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/117/2/GabriellyKashiwagutiSaruwatari.pdf >

SILVA, Guilherme O. *A luta decolonial da comunidade quilombola de Picadinha pela titulação definitiva da terra*. 2021. 124f. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos). UFGD, Dourados. Disponível em < https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-FRONTEIRAS/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20Defendidas/GuilhermeOliveiraSilva%20-%20disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf >

SOUZA, Rozemar Mattos. *Dourados*: Seus Pioneiros, Sua História. Dourados: Gráfica Stillus, 2003.

VALENTIM, Reinaldo Antônio. *Movimentos sociais e educação*: análise histórica sobre o processo de implantação da lei 10.639/03 em MS – 1996/2006. 2012. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFGD, Dourados. Disponível em < https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/637 >